



VOTO DE SAUDAÇÃO

A Revolução de 5 de Outubro de 1910 constitui um importante marco na longa caminhada do Povo Português pela liberdade e democracia.

Culminando um generalizado movimento de descontentamento e protesto popular contra o regime em vigor, a Revolução de 5 de Outubro pôs fim a uma monarquia anacrónica e desacreditada, instaurou uma das primeiras Repúblicas da Europa e realizou importantes progressos no plano das liberdades e direitos democráticos fundamentais, da educação e da cultura, da laicização do Estado.

Tais progressos devem ser reconhecidos e valorizados, mas não idealizados nem escamoteados os limites do regime da República que, dotando o país de uma nova Constituição muito avançada para a época, deixou praticamente intacto o aparelho de Estado, o sistema de propriedade e o regime fundiário, permitindo a manutenção das duras condições de vida das massas trabalhadoras. A Constituição de 1911 consagrou um importante conjunto de direitos e garantias individuais nitidamente progressistas: extinguiu os títulos de nobreza e os privilégios de nascimento, consagrou a inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença, reconheceu a liberdade de culto de todas as religiões, consagrou a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário elementar e afirmou o seu carácter laico, consagrou as liberdades de expressão, de pensamento, de reunião e de associação. Aboliu a pena de morte em quaisquer circunstâncias, bem como as penas perpétuas ou de duração ilimitada, introduziu o direito de *habeas corpus* contra os abusos de poder, reconheceu o direito à assistência pública, entre muitas outras conquistas que são hoje um património inquestionável da Democracia portuguesa.

Apesar de inicialmente os dirigentes republicanos terem procurado e saudado o apoio do movimento operário ao novo regime, o recurso crescente à repressão, a negação e limitação das liberdades, vai ser a resposta do poder republicano a um movimento dos trabalhadores cada vez mais organizado e combativo. A Revolução de 1910 conduzida pelo Partido Republicano triunfou graças à corajosa e entusiástica participação popular, mas os dirigentes republicanos,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

vão abandonando progressivamente os objectivos de transformação social e enveredando pelo caminho da repressão violenta das reclamações e lutas dos trabalhadores e das suas organizações, acabando por alienar o amplo apoio popular de que desfrutavam. É sobre este pano de fundo que avançam as forças mais reaccionárias e triunfa o golpe militar de 28 de Maio, que pôs fim à República e abriu caminho à instauração em Portugal, de uma ditadura fascista.

Não obstante os seus limites e insuficiências, a Revolução de 1910 permanece na memória do Povo Português como um acto histórico de emancipação de séculos de repressão e obscurantismo e um passo decidido no caminho da liberdade e democracia que devemos assinalar.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, saúda o centésimo aniversário da Implantação da República, sublinhando a importância e actualidade dos ideais republicanos e valorizando o significado desta data histórica no contexto do percurso de Portugal rumo à liberdade e democracia.

Aprovado, por unanimidade, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta, em 21 de Setembro de 2010.

O Presidente da Assembleia Legislativa
da Região Autónoma dos Açores

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral